



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Educação
Curso de Especialização em
Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça

SIMONE PEREIRA DE OLIVEIRA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES:

O efetivo aumento da autonomia das mulheres estudantes do Programa
Mulheres Mil no IFB – Taguatinga Centro.

Brasília – DF

2014

SIMONE PEREIRA DE OLIVEIRA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES:

O efetivo aumento da autonomia das mulheres estudantes do
Programa Mulheres Mil no IFB – Taguatinga Centro.

Monografia apresentada a
Universidade de Brasília (UnB)
como requisito para obtenção
do grau de Especialista em
Gestão de Políticas Públicas em
Gênero e Raça.

Professor Orientador: Msc. Gustavo Filice de Barros

Brasília – DF

2014

SIMONE PEREIRA DE OLIVEIRA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES:

O efetivo aumento da autonomia das mulheres estudantes do
Programa Mulheres Mil no IFB – Taguatinga Centro.

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de
Conclusão do Curso de Especialização em Gestão de Políticas
Públicas em Gênero e Raça do (a) aluno (a)

SIMONE PEREIRA DE OLIVEIRA

Msc Gustavo Filice de Barros
Professor orientador

Drª Shirleide Pereira da Silva Cruz
Professor examinador

Brasília, 28 de Junho de 2014

Oliveira, Simone Pereira de.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: O efetivo aumento da autonomia das mulheres estudantes do Programa Mulheres Mil no IFB – Taguatinga Centro. / Simone Pereira de Oliveira. – Brasília, 2014.

45. f. : il.

Monografia (especialização)– Universidade de Brasília, Faculdade de Educação- EaD, 2014.

Orientador: Prof. Msc. Gustavo Filice de Barros, Faculdade de Educação

1. Mulheres Mil. 2. Autonomia. 3. Vulnerabilidade Social 4. IFB.

I. Título.

Ao grandioso Deus, pela vida e saúde. À minha querida mãe (*in memoriam*) pelo exemplo de vida e coragem, às pessoas que indiretamente e diretamente me incentivaram a prosseguir nesta busca por mais conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Renísia Cristina Garcia Filice, pela sua dedicação na elaboração e coordenação das tarefas, pelas suas palavras de incentivo aos alunos. À professora Cristiane Jorge de Lima Bonfim, do Instituto Federal de Brasília, que me incentivou a fazer esta especialização, que muito me ajudará; e finalmente ao meu orientador professor Gustavo Filice de Barros que com muita paciência conduziu-me ao término desde o trabalho. A todas as pessoas que de alguma forma sempre acreditaram que eu posso dar o melhor de mim.

RESUMO

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo identificar e analisar alguns resultados do programa do Governo Federal Mulheres Mil. O desenvolvimento da análise se deu em Brasília, mas especificamente no Instituto Federal de Brasília (IFB) – Campus Taguatinga Centro. A partir do objetivo geral desdobraram-se os objetivos específicos: Identificar quantas mulheres que se matricularam; quais os cursos oferecidos; conferir quantas mulheres terminaram os cursos e quantas mulheres que participaram do curso estão empregadas. Os interlocutores da pesquisa foram Gestores Institucionais do Programa Mulheres Mil vinculados a Reitoria do IFB. A abordagem metodológica utilizada foi à quantitativa, qualitativa, levantamento de dados por análise documental e entrevista semi estruturada. Com a descrição de todas as problemáticas enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho, avaliar uma política pública se revela muito importante, pois a sua manutenção é o que poderá efetivamente resultar em atingir o objetivo proposto. Ainda segundo dados do IFB, no período de 2012 e 2013 foram efetivados 200 matrículas, sendo que 44% das mulheres não conseguiram concluir o curso no ano de 2012 e 45% mulheres não concluíram os cursos no ano de 2013, tendo assim uma evasão significativa por vários motivos, que poderia ser trabalhados para ser sanados. Foram oferecidas as mulheres do Programa Mulheres Mil, a possibilidade de acesso aos estudos nas áreas de: - 2012 - Empreendedorismo com Ênfase em Alfabetização; Atendimento ao Cliente e Técnicas de Secretariado; - 2013 – Atendimento ao Cliente e Vendas e Técnicas de Secretariado. O resultado da pesquisa mostrou além de outras vertentes, que existe um distanciamento entre os objetivos propostos pelo Programa Mulheres Mil criado pelo Governo Federal e os resultados alcançados no Instituto Federal de Brasília – Campus Taguatinga Centro. Principalmente no que diz respeito à inserção e/ou retorno das mulheres ao mercado de trabalho e a elevação da escolaridade destas. Porém houve um maior alcance do objetivo que tem como meta resgatar a autoestima das mulheres participantes do Programa.

Palavras-Chave: Mulheres Mil, Autonomia, Vulnerabilidade Social, IFB.

ABSTRACT

This research aims to identify and analyze some of the results of the Federal Government Thousand Women program. The development of the analysis took place in Brasilia, but specifically at the Federal Institute of Brasilia (IFB) - Campus Wansbeck Centre. From the overall goal unfolded specific objectives: Identify how many women were enrolled; what courses are offered; check how many women completed the courses and how many women who attended the course are employed. The interlocutors of the research were Institutional Managers Thousand Women Program linked to the Rectory IFB. The methodological approach was quantitative, qualitative, survey data for document analysis and semi-structured interview. With the description of all the problems faced by women in the labor market, assess public policy proves to be very important because its maintenance is what will effectively result in achieving the objective. Still according to the IFB, between 2012 and 2013 200 enrollments were hired, with 44% of women failed to complete the course in the year 2012 and 45% women did not complete the courses in 2013, thus having a significant evasion for various reasons that could be worked on to be remedied. Women of the Thousand Women Program were offered the possibility of access to studies in the areas of: - 2012 - Entrepreneurship with Emphasis on Literacy; Customer Service and Technical Secretarial; - 2013 - Customer Service and Sales and Technical Secretarial. The research result showed among other aspects, there is a gap between the goals proposed by the Thousand Women Program created by the Federal Government and the results achieved at the Federal Institute of Brasilia - Wansbeck Campus Center. Especially with regard to the insertion and / or return of women to the labor market and the increase in schooling these. But there was a greater range goal that aims to rescue the self-esteem of women participating in the program.

Keywords: Thousand Women, Autonomy, Social Vulnerability, IFB.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IFB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

MEC – Ministério da Educação e Cultura.

PIPE - Promoção de Intercâmbio de Conhecimento para Promoção da Equidade.

CF – Constituição Federal

ABC – Agência Brasileira de Cooperação

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia

SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Etnia declarada pelas alunas no ano de 2013.....pg.	25
Quadro 2 – Estado Civil das Alunas no ano de 2013.....pg.	25
Quadro 3 – Vagas oferecidas, total de matrículas e total de concluintes...pg.	28
Quadro 4 – Cursos oferecidos, vagas por curso e total de matrículas.....pg.	28
Quadro 5 - Projetos Pilotos do Programa Mulheres Mil 2006-2007.....pg	

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
2 - METODOLOGIA	18
2.1 Os participantes da pesquisa.....	19
3 – REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
3.1 Políticas Públicas	20
3.2 Gênero	23
3.3 -Violência de Gênero “Mulher”.....	23
3.4- Políticas Públicas – Programa Mulheres Mil.....	24
3.5 A Instituição Formadora foco da pesquisa.....	27
3.6 – Cidade Estrutural: local de implantação do Programa Mulheres Mil	29
3.7-Programa Mulheres Mil – Campus Taguatinga Centro	31
4 – DAS ANÁLISES DOS RESULTADOS	36
4.1 Inclusão Educacional, Social e Produtiva.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41
ANEXO _1_:TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	44
APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA	45

INTRODUÇÃO

As mulheres conquistaram, no último século, inúmeros direitos derivados de muita luta e persistência diante de uma sociedade predominantemente sexista, no entanto, a situação de vulnerabilidade da mulher no Brasil tem sido um grande entrave para o progresso rumo à igualdade de direitos. Dessa forma, essa temática tem tido maior atenção governamental ultimamente, tendo em vista o aumento dos índices de violência e de mortalidade no país contra a mulher. Dentre os tipos de violência contra a mulher está a agressão física, agressão psicológica e a agressão sexual. Segundo o Mapa da Violência (2012), realizado em 84 países, o Brasil ocupa a 7º posição com uma taxa de homicídios de 4,4 para cada 100 mil mulheres, só perdendo para os seguintes países: El Salvador 1º; Trinidad e Tobago 2º, Guatemala 3º, Rússia 4º; Colômbia 5º e Belize 6º. (WAISELFISZ, 2012).

O Distrito Federal, segundo o Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2012) ocupa no país o 8º lugar com 5,8 homicídios por 100 mil mulheres. No intuito de coibir esses números, em 2006 entrou em vigência a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, que:

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. (BRASIL, LEI Nº 11.340, 2006)

No entanto, os números da violência contra a mulher no Brasil deixam claro que o Estado terá que investir mais em políticas públicas para reverter à situação atual, não excluindo a participação da sociedade civil. Nesse sentido, o Governo Federal, por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), tem articulado parcerias com outros órgãos para concretizar as metas de combate à desigualdade de gênero.

Dentre essas realizações, destaca-se o Programa Pró-Equidade de Gênero, que tem em suas premissas trabalhar junto a empresas privadas, de modo que possa garantir às mulheres acesso aos cargos de chefia, igualdade de tratamento, de remuneração e de oportunidade. (GPP-GeR, MÓDULO IV. 2011, p. 98).

É importante destacar essas políticas para demonstrar que o assunto de gênero tem conquistado espaços na pauta governamental e nas discussões perante a sociedade civil. O empoderamento feminino começou a ganhar força no século XIX com manifestações públicas das mulheres pelo direito igualitário à educação, ao mercado de trabalho e ao voto (GPP-GeR, MÓDULO II. 2011, p. 98). No entanto, conforme destaca Kuhner (1977, pg. 93): a mudança só seria possível quando fossem criadas novas relações entre homem e mulher e caso a própria função social da mulher sofresse alguma transformação real.

Nesse sentido, as políticas públicas voltadas para assessorar as mulheres em vulnerabilidade foram criadas no Brasil para atender as menos privilegiadas, em situação de risco e de exclusão. Essas ações têm ganhado visibilidade nas diferentes áreas do conhecimento acadêmico, nos movimentos sociais e governamentais e os conceitos de não violência e de igualdade de gênero estão sendo disseminados na sociedade brasileira.

A violência contra a mulher atinge todas as classes sociais indistintamente de raça. No entanto, se acentua nas camadas socialmente desfavorecidas. Os problemas dessas mulheres se agravam devido à submissão financeira e muitas vezes emocional que os homens exercem sobre elas: o baixo nível de alfabetização, as condições de moradia precária, a baixa autoestima, o desestruturamento familiar e a vulnerabilidade social são fatores agravantes para as mulheres sofrerem violência direta. (CASTILHO-MARTIN; OLIVEIRA, 2005).

Segundo Castilho-Martin e Oliveira (2005) para o enfrentamento da violência contra as mulheres das classes menos privilegiadas são necessárias campanhas de combate a violência, porém com o suporte de medidas que

alterem o meio social em que essa mulher esta inserida que lhe ofereça possibilidade real de autonomia econômica, sem a qual esse ciclo perverso dificilmente será rompido.

Dessa maneira, destaca-se que além da necessidade de alcançar autonomia financeira ou conhecimento acadêmico, essas mulheres, muitas vezes, precisam sair de uma situação de submissão emocional. Portanto, o empoderamento delas deve passar pelo resgate da autoconfiança, do autorespeito e da autoestima, para conseguirem dar continuidade ao aprendizado e à busca da melhoria de suas vidas. A recorrente dominação masculina exerce influências negativas, dessa forma, muitas mulheres que sofrem violência, possuem a autoestima baixa e um conceito negativo sobre si mesmas.

Segundo Carneiro e Oliveira (2011) em *Artigos e Relatos - Ministério da Educação* para se conseguir atingir a autoestima é necessário alcançar alguns fatores importantes:

- (a) **fatores psicológicos**: que incluem pensamentos relacionados à importância e a implicação de eventos, sentimentos e repertório de comportamentos de enfrentamento;
- b) **fatores biológicos**: relacionados às respostas fisiológicas que influenciam processos psicológicos, as quais se traduzem em estados subjetivos de ansiedade, depressão, irritabilidade, inquietação, pensamentos recorrentes ou dificuldades de concentração;
- c) **grau de apoio social**: pessoas e recursos do contexto que o indivíduo dispõe para manter ou restabelecer o equilíbrio emocional, dos pensamentos, sentimentos e comportamentos. (CARNEIRO; OLIVEIRA, 2011, p. 53)

Segundo pesquisa realizada em Recife-PE a inserção da mulher no mercado de trabalho e os meios que facilitam a manutenção deste trabalho, podendo conciliar trabalho e famílias mostraram-se fundamentais para que as mulheres tivessem o aumento de sua autoestima. Isso porque com as mulheres trabalhando, e conseqüentemente seus maridos também tendo uma renda como autônomo, ou com carteira assinada, muitas conseguem colocar seus filhos na escola ou em creches obtendo uma melhor condição socioeconômica.

Nessa perspectiva, analisaremos um programa do governo federal que tem o intuito de agir afirmativamente na diminuição da desigualdade social e da violência contra a mulher. O Programa Mulheres Mil está inserido no Plano do Governo Federal denominado de “Plano Brasil Sem Miséria”. A idéia nasceu de uma parceria do Brasil e Canadá - Promoção de Intercâmbio de Conhecimento para Promoção da Equidade (PIPE), e iniciaram-se primeiramente no Brasil, nas regiões norte e nordeste, fundamentado na Metodologia do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito do Governo Federal. (MEC. Portaria n.º 1.015, 2011)

Conforme previsto na Portaria do MEC 1.015 de 21 de julho de 2011, deveria ser inicialmente ofertado pelas instituições públicas dos sistemas de ensino federal, estadual e municipal. Também contaria com o apoio de entidades privadas de serviço social, vinculadas ao sistema “S” e as entidades sem fins lucrativos.

Este projeto atende mulheres de baixa renda, vulneráveis socialmente e de baixo nível de escolaridade; moradoras de regiões com baixo índice de desenvolvimento humano. A meta do programa era atingir até o ano de 2014 - 100 mil mulheres com faixa etária entre 18 e 60 anos.

No país, o Programa Mulheres Mil foi implantado em 13 estados e no Distrito Federal. E na capital do país, o Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia de Brasília está executando o projeto em cinco *Campi*: Taguatinga Centro, Taguatinga, Riacho Fundo, Gama e Planaltina. Conforme já mencionado esta pesquisa focou apenas nas ações do Campus Taguatinga Centro, o qual foi o primeiro local a desenvolver o programa, sendo a Cidade Estrutural escolhida para iniciar a implantação dos trabalhos.

Conforme o Plano de Trabalho que rege a implantação do Programa Mulheres Mil, a Cidade Estrutural é uma região prioritária para o programa, visto que essa é a segunda maior área de invasão do Distrito Federal e possui condições críticas de habitação, carência de escolas, hospitais e esgoto a população sofre com a exclusão social. Assim, o Campus Taguatinga Centro

introduziu um projeto educacional e profissionalizante de mulheres em situação de vulnerabilidade.

Para chegar ao objetivo final de uma Política Pública como essa em que as mulheres estão em situação de vulnerabilidade, e os resultados de obtidos podem significar mais do que uma formação, mas inserção no mercado de trabalho é imprescindível avaliação dos resultados obtidos ao final do programa, pois se espera que à medida que essas mulheres, por meio do conhecimento, adquiram autonomia financeira conseqüentemente adquiram também autonomia pessoal, e fomento da autoestima. Com isso, a submissão aos maus tratos, à violência podem se transformar em insatisfação e ação contra o machismo e o sexismo, com isso diminui-se a desigualdade de direitos. Ao se identificarem como agentes da própria vida e possuidoras de direitos iguais, sem distinção, essas mulheres podem quebrar um ciclo de dominação histórica e iniciar um novo ciclo de autonomia e pertencimento. Conforme consta na Constituição Federal do Brasil:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;
II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante... (BRASIL. CF, 1988, Art. 5)

Assim, a criação e implantação de políticas públicas e programas de governo como ações para o desenvolvimento do país é de suma importância para diminuição das desigualdades de gênero. Entretanto, avaliá-las faz-se necessário, para verificar se essas políticas ou programas estão cumprindo e alcançando os objetivos planejados.

Portanto, o presente estudo realizou uma breve avaliação do Programa Mulheres Mil, no Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia de Brasília (IFB), Campus Taguatinga Centro. Buscou-se avaliar os resultados do programa, analisando dados tais como, quantas mulheres se matricularam e

quantas terminaram os cursos, quais foram esses cursos, quantas participantes conseguiram inserção no mercado de trabalho. No entanto, os resultados vão além dos estatisticamente processáveis, o aumento da autoestima e do sentimento de pertença são legados de programas como este. O livro *Mulheres Mil: do sonho à realidade* (MEC, 2011), há diversos relatos de mulheres que conseguiram conquistar novamente sua autoestima e vontade de progredir com o auxílio do Programa Mulheres Mil do Governo Federal.

O objetivo geral desta pesquisa é identificar e avaliar os resultados do programa mulheres mil executado no Instituto Federal de Brasília Campus Taguatinga Centro entre o período de 2012/2013. E especificamente, levantar e trazer elementos que possa identificar quantas mulheres matriculou nos cursos ofertados pelo programa; averiguar quantas mulheres conseguiu terminar os cursos, quais foram os cursos oferecidos, se estes estão inseridos na realidade na região em que as alunas moram e obviamente a ordem mais importante que é a meta do programa de ajudar na inserção ou retorno ao mercado de trabalho destas mulheres que concluíram os cursos.

2 - METODOLOGIA

Nesta etapa, apresentamos a metodologia utilizada para que pudéssemos atingir os objetivos da pesquisa, o procedimento escolhido para coleta dos dados. Na seqüência, identificamos a Instituição pesquisada e os atores da pesquisa e por fim os instrumentos de levantamento de dados.

Entendemos que a metodologia nos dá base para termos um estudo rigoroso, particularizado, cauteloso e primoroso de todas as ações desenvolvidas na elaboração do trabalho. Segundo Gil (2002, p. 165) destaca que “Metodologia é o procedimento que se seguirá para a elaboração do trabalho, pois cada pesquisa tem uma peculiaridade”.

Buscamos dessa forma, nortear a pesquisa para maior clareza por meio de entrevista semiestruturada, com a intenção de saber se há eficácia na condução do Programa Mulheres Mil.

Há saber, alguns dos vários tipos de pesquisa:

- a) Pesquisa exploratória: Pesquisa que tem como objetivo a familiarização com um tema (tópico) ou a identificação de conceitos iniciais sobre um tópico;
- b) Pesquisa descritiva: Tem como objetivo identificar quais as situações, os eventos, as atitudes ou as opiniões que estão manifestos em uma população;
- c) Pesquisa explicativa – Tem como objetivo identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos;
- d) Pesquisa metodológica: Refere-se ao tipo de pesquisa voltada para a inquirição de métodos e procedimentos adotados como científicos;
- e) Pesquisa aplicada: objetiva gerar conhecimentos a serem aplicados na solução de problemas específicos; e
- f) Pesquisa de intervenção: Tem como objetivo compreender o fenômeno, mas também identificar formas de intervenção no contexto e alterá-lo. (GPP-GeR MÓDULO VI. 2011, p. 31)

Dito isso, usamos para fundamentar o assunto deste estudo, a pesquisa metodológica e análise documental, com abordagem quantitativa e qualitativa em que buscamos mostrar o funcionamento do Programa Mulheres Mil, instituído pelo Governo Federal, tomando como base o modelo aplicado no IFB – Campus Taguatinga Centro.

2.1 Os participantes da pesquisa

Os participantes da pesquisa foram escolhidos de acordo com sua atuação na implantação do programa no Campus Taguatinga Centro e também contamos com a colaboração da Reitoria do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília. A entrevista semiestruturada foi direcionada as Coordenadoras do Programa Mulheres Mil entre o período de 2012 e 2013, período delimitador desta pesquisa. Essas coordenadoras possuíam ação direta na execução do programa no campus de Taguatinga Centro.

Durante a elaboração desta pesquisa verificou-se que houve dificuldade de que alguns dados fossem fornecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Campus Taguatinga Centro, não sendo possível relacionar, por exemplo, quantas estudantes concluíram por cursos de atendimento ao cliente e técnicas de secretariado do ano de 2013.

3 – REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Políticas Públicas

Segundo a Cientista política Celina Souza: “Como área de conhecimento, as política públicas surgiram nos EUA, inventando uma nova forma de estudos que focalizavam as produções dos governos sem o vínculo com as ações dos Estados”. (GPPGeR MÓDULO I. 2011, pg. 15).

Também a autora afirma que as políticas públicas podem ser pensadas como:

...o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (GPP-GeR MÓDULO I. 2011, pg. 19)

A autora explica que as políticas públicas formam juntamente com outras ações o suporte necessário de medidas dos governos democráticos para combater a violência, para estabelecer o pleno desenvolvimento de um país dentre outras vertentes. Umas das ações temáticas deste trabalho são as ações do Governo Federal para o enfrentamento contra a crescente violência de gênero.

No Brasil ao longo da história, as Políticas Públicas promovidas pelo Estado e pelos Governos privilegiavam apenas algumas pessoas, as chamadas elites, com isso o restante da população brasileira foi totalmente desprezado. Colocando assim direitos nas mãos de pequenos grupos, ou seja, daqueles que tinham acesso aos espaços de poder e decisão política no país.

Mas foi a partir da década de 80 que surgiram os primeiros movimentos sociais que contribuíram para a mudança no processo de redemocratização do país, pois estes até hoje continuam a cobrar e pressionar o Estado exigindo Políticas Públicas mais eficazes e efetivas, para garantir a cidadania e reparar dívidas históricas com alguns segmentos sociais, como os negros, indígenas e as mulheres. (GPP-GeR MÓDULO V. 2011, pg. 21)

Portando ficou claro que a função do Estado é exercer o poder político e seu dever e objetivo maior deve ser sempre o bem-estar da sociedade, prevalecendo este acima dos interesses privados e sempre incorrendo na legalidade ao realizar o bem comum voltado para o interesse da coletividade.

Os Atos dos agentes da Administração Pública devem ser sempre pautados em princípios, e cabe a eles aplicar as normas do direito público ao elaborar e implantar uma Política Pública que deverá estar sempre prevista no orçamento público e respaldada pela Lei Orçamentária. Após 2002 houve um avanço nas interpretações das normas do direito público como na elaboração de políticas de ação afirmativa, e este se deve as parcerias com a sociedade civil organizada, como forma de garantir maior efetividade nas políticas públicas.

Segundo Gomes, 2001:

(...) um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego (Gomes, 2001: p.40). (GPPGeR MÓDULO IV 2011 pg. 76/7) definição dada por Joaquim Barbosa

Conforme descrição do autor, as ações afirmativas podem ser políticas públicas realizadas em qualquer esfera do governo ou por instituições privadas e visa “induzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, desmanchando o imaginário de que há supremacia de uma raça em relação à

outra ou do homem em relação à mulher”. (Gomes, 2001 pg. 44). (GPPGeR MÓDULO IV 2011 pg. 76/7)

Com isso foi realizado em 2004 a I Conferência Nacional de Mulheres, a qual resultou na elaboração e aprovação do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM I) pela Secretaria de Políticas para as Mulheres com o objetivo de criar políticas públicas que atendessem às necessidades das mulheres brasileiras e suas diversidade. (GPPGeR MÓDULO IV 2011 pg. 77/8)

A Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres estabeleceu para a área do trabalho, parcerias com o Ministério do Trabalho, com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e com a Organização Internacional do Trabalho, para a concretização das metas estabelecidas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Destas realizações, destaca-se o Programa Pró-Equidade de Gênero, com o objetivo de trabalhar junto às empresas públicas e privadas para uma mudança de cultura de gestão de Recursos Humanos, de forma a garantir às mulheres sem distinção de raça, etnia, orientação sexual, entre outras, acesso aos cargos de chefia, igualdade de tratamento, de remuneração e de oportunidades. (GPPGeR MÓDULO IV 2011 pg. 98).

Na Educação, passo importante para a mudança da atual cultura discriminatória, a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres idealizou o Projeto Gênero e Diversidade na Escola. Neste projeto foi feito parcerias com o Ministério da Educação (através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/SECAD, da Secretaria de Educação à Distância/SEED, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR/PR e do Centro Latino-Americano em Sexualidades e Direitos Humanos/CLAM/UERJ). Este projeto foi destinado a formação e treinamento de profissionais de educação nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais, orientação sexual e sexualidades. (GPPGeR MÓDULO IV 2011 pg. 99).

Portanto é notório que nos últimos anos houve uma inovação na gestão de políticas públicas, por inaugurar uma gestão transversal na elaboração e execução das Políticas Públicas específicas, como foi no caso das Políticas

para as Mulheres. Deixando para trás a concepção segmentada tradicionalmente usada anteriormente no país. Isto facilitou o trabalho dos agentes públicos a direcionar seus esforços a um problema específico a fim de erradicá-lo.

3.2 Gênero

O conceito de Gênero no Dicionário Aurélio diz: Gênero - Grupo da classificação dos seres vivos que reúne espécies vizinhas, aparentadas, afins, por apresentarem entre si semelhanças constantes. (FERREIRA, 2008).

Na condição de seres humanos, “gênero diz respeito ao modo como nossa sociedade constrói representações sobre ser homem e ser mulher e pressupõe que sejam naturalmente estabelecidas”. (GPPGer Módulo II. 2011, pg. 14). É neste contexto que quando se diferencia homens de mulheres se cria e se estabelece relações de poder, onde historicamente foram construídas diversas formas de injustiças ao gênero mulher, inferiorizando-a em relação ao homem em todos os sentidos. (CASTILHO-MARTIN; OLIVEIRA, 2005).

3.3 -Violência de Gênero “Mulher”

A Constituição Federal (CF) em seu artigo 5º - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos assim determina:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição. (BRASIL. CF, 1988, Art. 5)

Conforme apontam os dados da Secretaria de Transparência (DATASENADO, 2013), mesmo a Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340, 2006) sendo do conhecimento da maioria dos brasileiros. Contudo, no ano passado 13 milhões e 500 mil mulheres declararam que já sofreram algum tipo de

agressão, algumas ainda vivem com o agressor, e que continuam a sofrer com a violência doméstica. Estando o país em 7º lugar, onde mais se matam mulheres no mundo. Motivo este que são necessárias políticas públicas de combate à violência e medidas que possam tirar essas mulheres do domínio masculino.

Historicamente se estabeleceu condições desiguais, onde a mulher se tornou dependente e refém do poder do gênero masculino. Porém, é sabido que as mulheres que estão em condições de vulnerabilidade econômica necessitam além de campanhas voltadas para o combate à violência, ações que possibilitem obter autonomia financeira e sair desse ciclo terrível. Isto porque muitas mulheres se sujeitam a estas condições por não ter poder financeiro para sair com seus filhos e construir uma nova vida. (CASTILHO-MARTIN; OLIVEIRA, 2005).

3.4- Políticas Públicas – Programa Mulheres Mil

O Programa Mulheres Mil – Educação Cidadania e Desenvolvimento Sustentável teve início com a parceria Brasil e o Canadá, e tem como financiadores e executores, pelo lado brasileiro, a Agência Brasileira de Cooperação – ABC, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia (SETEC), a Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e Escola Técnica das Regiões Norte e Nordeste. Pelo Andean International Development Agency – CIDA e os Colleges Canadenses. (MEC, 2011).

O Objetivo geral é a formação profissional dessas mulheres em situação de vulnerabilidade, das regiões norte e do nordeste, e hoje já está nas 27 unidades da federação. Com uma formação profissional as mulheres podem buscar condições melhores para si e suas famílias. (MEC, 2011)

Ainda segundo o Programa Mulheres Mil – MEC, o público alvo seria mulheres desfavorecidas nos campos social, educacional e econômico, residentes em comunidades pobres e que em sua grande maioria possui o seguinte perfil: faixa etária entre 18 e 60 anos; baixo nível de alfabetização; dificuldade de aprendizagem; pobreza acentuada; condições de moradia precária; baixa autoestima e sem horizontes de vida; experiências educacionais de vida negativas; histórico de emprego com baixa remuneração e condições adversas; necessidade de acesso aos serviços públicos; fragilidade da estrutura de apoio familiar.

A meta inicial do Programa era atingir o patamar de 100 mil mulheres/ano atendidas em cada unidade da rede federal e atingir toda a rede federal até 2014. (MEC, 2011).

No Livro Mulheres Mil na Rede Federal Caminhos da Inclusão, MEC 2011, as primeiras alunas a ter acesso ao programa foi no Rio Grande do Norte, de início a turma foi de caráter experimental, desenvolvendo atividades na área do turismo. As atividades se encerraram em 2005 e a partir daí foi realizado uma análise dos resultados obtidos. O objetivo seguinte seria o convênio com o Canadá e ampliar esta proposta para outros estados brasileiros, que alcançando 13 Estados. (BRASIL, 2011, pg. 03)

Estes 13 Estados eram responsáveis em escolher a área em que o programa desenvolveria e capacitaria às alunas participantes, ou seja, dependendo da região seria realizado análises para saber que cursos ofertar e se a Instituição disporia de servidor para designar nas tarefas. Nos Estados, o eixo tecnológico foi escolhido de acordo com a disposição produtiva local e ficou assim:

Quadro n.05: Projetos Pilotos do Programa Mulheres Mil 2006-2007

UF	CURSO	EIXO TEC.	Quantidade de Alunas
ALAGOAS	O Doce Sabor do	Alimentos/Manipulação	27

	Ser		
AMAZONAS	Transformação, Cidadania e Renda	Turismo/ Camareira	51
BAHIA	UM Tour em Novos Horizontes	Turismo / Camareira, Saúde / Cuidador Familiar	122
CEARÁ	Mulheres de Fortaleza	Turismo / Camareira Alimentos / Manipulação	50
MARANHÃO	Alimento da Inclusão	Alimentos / Congelamento; Conservação e Manipulação	95
PARAÍBA	Artesanato e Pesca	Artesanato e Pesca	50
PERNAMBUCO	Alimentos	Alimentos	50
PIAUÍ	Vestindo a Cidadania	Têxtil/ Moda e Confeção	60
RIO GRANDE DO NORTE	Casa da Tilápia	Pesca / Beneficiamento do Couro da Tilápia	50
RONDÔNIA	Biojóias – Rede de Vida	Artesanato – Biojóia	40
RORAIMA	Inclusão com Educação	Alfabetização	80
SERGIPE	Do Lixo à Cidadania Pescando Conhecimento	Artesanato / Recicláveis Artesanato / Cascos de Mariscos Alimentos	60
TOCANTINS	Cidadania pela Arte	Artesanato Corte e Costura	75

Fonte: Ministério da Educação - Secretaria de Educação Tecnológica – SETEC
– Mulheres Mil na Rede Federal: Caminhos da Inclusão. Brasília 2011.

No total participaram dos cursos cerca de 810 mulheres, oriundas de 13 Estados do Norte e Nordeste do Brasil, todos os trabalhos desenvolvidos nas periferias de grandes cidades e além de presídios. Observa-se que os cursos oferecidos foram adequados a cada região e possibilitou as participantes, qualificação em diversas áreas, das quais elas poderiam trabalhar como autônomas ou buscar uma ocupação formal. A diferença ficou para o Estado de Roraima que buscou qualificar mulheres presas, seu trabalho foi exclusivamente em presídios. (Brasil 2011, pg. 72 a 77).

Porém segundo consta no Livro Mulheres Mil na Rede Federal – Caminhos da Inclusão, o convênio firmado com Canadá havia um prazo que cessaria em 2011, daí após um balanço do Governo Federal o Presidente Lula definiu a continuidade do Programa através da Portaria 1.105 de 21 de julho de 2011.

3.5 A Instituição Formadora foco da pesquisa

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, ou mais conhecido como Instituto Federal de Educação (IFB), foi criado pela Lei 11.892, de dezembro de 2008, com os seguintes objetivos:

- I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- VI - ministrar em nível de educação superior:

- a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
- e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica. (BRASIL. Lei 11.892, 2008)

Atualmente, o IFB conta com 10 *campi* espalhados por todo Distrito Federal (DF). Na Região Administrativa de Taguatinga está localizado o Campus Taguatinga Centro e Taguatinga. Entretanto, conforme já mencionado o foco desse trabalho foi no primeiro.

É importante destacar que cada Campus tem características diferentes e áreas de atuação diferentes. Isso, para atender as necessidades de cada região do DF. O que orienta a abertura dos cursos em cada campus são as atividades desenvolvidas na região, identificadas por meio de pesquisa e as orientações das áreas do conhecimento conforme o Catálogo de Cursos Técnicos (MEC, 2011).

O Campus foi criado em 2011, e este situado no centro da cidade de Taguatinga, região que tem comércio mais ativo do Distrito Federal, com atividade econômica diversificada, contando com empresas de comércio atacadista, varejista, prestação de serviço e indústrias leves. E fica próxima a cidade Estrutural.

Desta forma, o Campus Taguatinga Centro atua no Eixo Tecnológico Gestão e Negócios, com cursos que estão voltados para a Gestão Comercial. São oferecidos cursos de Empreendedorismo com Ênfase em Alfabetização, Técnicas de Secretariado e Atendimento ao Cliente, todos inseridos no Programa Mulheres Mil e ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência

e Tecnologia do Campus Taguatinga Centro, no período de 2012 e 2013, tempo abrangido como foco desta pesquisa.

No mesmo ano teve início o Programa Mulheres Mil, atendendo mulheres da cidade Estrutural, cerca de 100. Além dos cursos oferecidos, as alunas podiam contar com atendimento de assistente social, auxílio financeiro (dependendo da frequência), material didático, brinquedoteca e uniforme.

3.6 – Cidade Estrutural: local de implantação do Programa Mulheres Mil

A Cidade Estrutural está localizada às margens da DF-095 (via EPCT, conhecida como via Estrutural) e ocupa uma área de 154 hectares. O “lixão da Estrutural” começou, na década de 60, após a inauguração de Brasília e, poucos anos depois, surgiram os primeiros barracos de catadores de lixo próximo ao local. No início da década de 90 a invasão contava com pouco menos de 100 domicílios localizados ao lado do lixão, sendo posteriormente transformada em Vila Estrutural, pertencente à Região Administrativa do Guará. (HISTÓRIA DA VILA, 2010)

Em 1989, foi criado o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA ao lado da Via Estrutural, época em que se previa a remoção da invasão, para outro local. Várias tentativas foram realizadas neste sentido. Em janeiro de 2004, o SCIA foi transformado na Região Administrativa XXV – Lei nº 3.315, tendo a Estrutural como sua sede urbana e também contando com a Cidade do automóvel, onde está localizada a sede da Administração Regional. (HISTÓRIA DA VILA, 2010)

A Cidade Estrutural era considerada imprópria para habitação, pois era área de depósito de lixo e situa próximo ao Parque Nacional d Brasília, mesmo assim em 1995 e em 1999 a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) aprovou leis que aprovou a Cidade Estrutural e a Vila Operária, que posteriormente foram vetadas pelo Poder Executivo local. Mais em 2002 foi publicado a Lei Complementar nº 530 que declara a área da Estrutural como

Zona Habitacional de interesse Social e Público, estabelecendo uma faixa de tamponamento de 300 metros entre o assentamento e o Parque Nacional de Brasília. (HISTÓRIA DA VILA, 2010)

Só em 24 de janeiro de 2006, a Lei Complementar nº 530 foi revogada, dando origem à Lei Complementar nº 715, que torna a Vila Estrutural Zona Especial de Interesse Social. Nesta Lei, o projeto urbanístico do parcelamento urbano contempla as restrições físicas ambientais e medidas mitigadoras recomendadas pelo EIA/RO, A e que integrem a licença ambiental, devendo em consequência, serem removidas as edificações erigidas em áreas consideradas de risco ambiental. (HISTÓRIA DA VILA, 2010)

Considerada uma das regiões mais pobres do Distrito Federal, dado ao tipo de domicílio que são barracos os quais representam 55,1 % do total de imóveis. Este tipo de edificação já trouxe sérios problemas a Cidade Estrutural, pois o material de fácil combustão em várias vezes quase trouxe sérios riscos ao gasoduto que passa próximo a cidade. Também traz séria ameaça à área ambiental do Distrito Federal, o Parque Nacional de Brasília. O Parque tem mais de 40 anos de existência e 30 mil hectares e é responsável pelo equilíbrio ecológico do DF. (HISTÓRIA DA VILA, 2010)

Além disso, os catadores que foram morar na Cidade Estrutural sofrem com a falta de infraestrutura, saneamento básico, escolas e hospitais. Com população estimada em 35 mil habitantes tem apenas duas escolas de nível fundamental, um posto de saúde e postos da PM e da Polícia Civil, e não possui corpo de bombeiros. (HISTÓRIA DA VILA, 2010)

A média de pessoas por família é de 4,2 pessoas, ganham em média três salários mínimos mensais e muitos têm empregos informais e/ou são autônomos. As pessoas que tira do lixão o seu sustento vendendo o que encontra no lixão pode chegar a ganhar até R\$ 150,00 por semana. (HISTÓRIA DA VILA, 2010)

Quadro 1 – Etnia declaradas pelas alunas no ano de 2013

Etnia/Cor	Parda	Amarela	Branca	Indígena	Não declarou	Negra
Quant.	48	01	15	01	08	17

Fonte: Instituto Federal de Brasília

Das mulheres que ingressaram para realizarem os cursos do Programa Mulheres Mil, 16,66% se declararam brancas; 1,11 % se declararam da cor amarela e indígena respectivamente, e 18,88% e 53,33% se declararam da cor preta e pardas, respectivamente.

Quadro 2 – Estado Civil das Alunas no ano de 2013

Estado Civil	Casada/União estável	Divorciada	Solteira	Viúva
Quantidade	28	07	50	05

Fonte: Instituto Federal de Brasília

Destas famílias muitas são chefiadas por mulheres, mais de 50% das mulheres que efetivaram matrículas são solteiras, têm entre 2 e 3 filhos e mantêm a casa com trabalhos autônomos, manicure, gari, catadora, diarista, fiscal, reciclagem e separadora. Muitas, na ocasião da matrícula não tinham concluído o ensino fundamental e 26,6 % das mulheres não eram alfabetizadas.

3.7-Programa Mulheres Mil – Campus Taguatinga Centro

Criado pelo Governo Federal, o qual esta inserida no Plano Brasil sem miséria para atender mulheres em situação de vulnerabilidade social, foi instituído pela Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011, do MEC, que traz os seguintes objetivos, metas e impactos a serem alcançados pelo programa:

- Estimular a inclusão educacional, produtiva e social de mulheres em situação de vulnerabilidade.
- Possibilitar o acesso à educação profissional e tecnológica do alunado não tradicional.

- Ofertar cursos e programas de educação profissional e tecnológica, com elevação de escolaridade e formação cidadã, sendo a carga horária mínima de 160 horas.
- Articular mecanismos e conexões para a inserção das egressas no mundo do trabalho, estimulando o empreendedorismo, as formas associativas e solidárias e a empregabilidade.
- Estruturar e implantar o Observatório do Mulheres Mil.
- Estabelecer uma Rede de Intercâmbio de Experiências, de Informação e de Disseminação.
- Articular mecanismos e conexões para a estruturação de grupos de pesquisa e inovação nas diversas áreas do conhecimento contempladas pelo Programa.
- Capacitar técnica e pedagogicamente equipes multidisciplinares integrantes do Programa no domínio da Metodologia do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito das Mulheres Mil.
- Acompanhar, monitorar e avaliar o Programa por meio do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC).
- Desenvolver e implantar o Selo de Certificação da Metodologia Mulheres Mil. (MEC. Portaria n.º 1.015, 2011).

Segundo a Portaria 1.015 de 21 de julho de 2011 o Programa inicialmente planejou até o ano de 2014, a formação de 100 mil mulheres, todas possuindo o mesmo perfil: “Moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano e/ou integrantes dos Territórios da cidadania”.

Dessa forma o Programa busca seguintes objetivos:

- Reduzir as desigualdades sociais e contribuir para a erradicação da miséria no país.
- Contribuir para a melhoria dos índices da equidade e igualdade de gênero no Brasil.
- Reduzir os índices de violência doméstica.
- Melhorar a renda familiar nas comunidades em situação de vulnerabilidade.
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades beneficiadas.
- Melhorar as relações familiares e comunitárias.
- Ampliar a conscientização do uso sustentável dos recursos naturais.
- Melhorar os índices educacionais na modalidade de educação de jovens e adultos.
- Contribuir para a redução do analfabetismo.
- Contribuir para a disseminação e democratização da oferta permanente de Educação Profissional e Tecnológica para o alunado não tradicional.
- Contribuir para a disseminação e democratização da oferta permanente de Reconhecimento e Certificação dos saberes adquiridos ao longo da vida. (MEC. Portaria n.º 1.015, 2011)

Como consta no Plano de Trabalho (2012) do IFB C/TAG Centro, a Cidade Estrutural foi escolhida por ser considerada uma das regiões mais pobres do Distrito Federal, e a segunda maior invasão, os moradores sofrem com a falta de infraestrutura, há carência de escolas, hospitais, policiamento e esgoto. O lixão da estrutural apesar de apresentar um grande risco de contaminação do solo é a principal renda para muitas famílias moradores do local.

Possuindo a situação mais crítica em desenvolvimento a média de renda per capita por família é de 4,2 salários por pessoa. Ainda seguindo o Plano de Trabalho existe na cidade cerca de 30 associações e 20 prefeituras de quadra. Há apenas coleta de lixo em 20% das residências e as outras têm que queimar o lixo ou enterrá-lo. Sem falar que por ficarem próximo ao lixão, os moradores sofrem com o aparecimento de insetos e roedores em seus barracos.

De acordo com dados da EBC – Empresa Brasil de Comunicação em 2012 a população estimada na cidade Estrutural era de 25,7 mil habitantes, isso significa que 35,2% tinham até 14 anos e quase a metade 45,8% são menores de 18 anos. Comparando os dados do Plano de Trabalho do IFB C/TAG Centro na cidade há apenas duas escolas de nível fundamental, o que mostra a carência de escolas para alfabetização.

Segunda a Coordenadora Substituta do programa entre os anos 2012 e 2013, Campus Taguatinga Centro (CTAG) já era esperado encontrar alguma resistência por parte de algumas mulheres, pelo fato de ter uma parcela que trabalham na informalidade e no lixão da estrutural, não serem alfabetizadas.

Segundo os dados da Reitoria, no período de 2012 e 2013 no Campus Taguatinga Centro foi efetivada o quantitativo de vagas previstos no Plano de Trabalho para estes anos, sendo que das mulheres matriculadas, 44% em 2012 e 45% em 2013 não conseguiram concluir os cursos.

Quadro 3 – Vagas oferecidas, total de matrículas e total de concluintes

Ano	Total de vagas	Total de alunas	Total de concluintes
-----	----------------	-----------------	----------------------

	oferecidas	matriculadas	
2012	100	100	56
2013	100	100	55
TOTAL	200	200	111

Fonte: Instituto Federal de Brasília

Foram ofertadas as mulheres do Programa Mulheres Mil, a possibilidade de acesso aos estudos nas áreas de: Empreendedorismo com Ênfase em Alfabetização; Atendimento ao Cliente e Técnicas de Secretariado; 2013 – Atendimento ao Cliente e Vendas e Técnicas de Secretariado.

Quadro 4 – Cursos oferecidos, vagas por curso e total de matrículas

Ano	Curso oferecido	Total de vagas (por curso)	Total de matriculadas	Total de concluintes por curso
2012	Empreendedorismo com Ênfase em Alfabetização	53	53	26
	Atendimento ao Cliente	16	16	10
	Técnicas de Secretariado	31	31	20
2013	Atendimento ao Cliente	68	68	55
	Técnicas em Secretariado	32	31	
TOTAL	05	200	200	111

Fonte: Instituto Federal de Brasília

Ao final do ano de 2012, primeiro ano dos cursos do Programa Mulheres Mil, no Campus Taguatinga Centro 56alunas conseguiram concluir os cursos. De acordo com a Coordenadora do Programa em 2012, a evasão de 44% se deu devido a eventuais problemas de saúde, atividades laborais; problema familiar, possuir pouca formação básica e por problemas para custear o transporte até o local do curso.

Este último, por meio de Termo de Cooperação Técnica 2012 e 2013 formalizado entre o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), e o Instituto Federal de Brasília (Reitoria), onde seriam repassados ao IFB os valores mensais de auxílio financeiro às estudantes do programa que deviam cumprir em alguns critérios. Porém, o trâmite burocrático entre o envio de informações para recebimento destes valores demanda muito tempo, fazendo com que algumas alunas não recebem em tempo hábil, para custear suas passagens.

No Segundo ano (2013), houve a mesma ocorrência de fatores que resultou na evasão de 45% das alunas dos cursos ofertados no Instituto Federal de Brasília – Campus Taguatinga Centro.

Sobre o acompanhamento, conforme informação do IFB ¹, após a conclusão do curso, a instituição acompanharia a busca das estudantes por vagas no mercado de trabalho e posteriormente avaliaria se as condições de vida das alunas concluintes melhoraram, além de verificar se prosseguiram nos estudos.

Porém, conforme esclareceu a Coordenadora do IFB do Campus Taguatinga Centro, o campus não teve equipe suficiente para fazer um acompanhamento de egressas. Apenas destas que se formaram tem-se notícia que uma estudante conseguiu colocação no mercado de trabalho, do curso de Técnicas de Secretariado.

¹

Programa Mulheres Mil – Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável; publicado em 25 janeiro 2012 15:07 – WWW.ifb.edu.br – Campus Taguatinga Centro.

4 – DAS ANÁLISES DOS RESULTADOS

O Programa Nacional Mulheres Mil, Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável, instituído pela Portaria n.º 1.015 de 21 de julho de 2011 integra um conjunto de ações do Governo Federal para inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade. (MEC, 2011).

No entanto, conforme verificações das ações desenvolvidas referente o programa implantado no IFB Campus Taguatinga nos anos de 2012 e 2013 conseguimos identificar que:

4.1 Inclusão Educacional, Social e Produtiva

O número de evasão nos anos 2012 e 2013 de quase 50% demonstram que a meta em atingir o maior número de mulheres a sair do estado de vulnerabilidade social esta longe de ser atingida.

Segundo a Portaria 1.015 em seu art. 4º § 1º: “Os cursos e projetos do Mulheres Mil deverão considerar as características das mulheres atendidas, a fim de promover a equidade, igualdade de gênero, combate à violência contra mulher e acesso à educação...”. Porém, apesar do instituto articular junto às mulheres da Cidade Estrutural, quais os cursos elas queriam cursar, um aspecto importância que deverá ser observado é: o perfil de cada mulher, a iniciação para o aprendizado, o mercado de trabalho da região e as exigências que as empresas fazem para contratação.

A Portaria articula bem, quando diz que devem considerar cada característica das mulheres, pois cada uma tem debilidade educacional diferente o que mostra que o programa tem que ter um objetivo específico e não pode fugir do seu objetivo que é “Resgatar Mulheres da Vulnerabilidade Social”. Assim tratar cada caso como importante, trabalhando para evitar a evasão destas mulheres do programa é imprescindível.

Considerando a importância de políticas públicas que seja capaz de dar as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade à emancipação no ambiente social e econômico, nos traz uma reflexão sobre o perfil das mulheres que ingressaram nos cursos. Estas irão ter um certificado na mão, porém ao buscar inserção no mercado de trabalho deparam com exigências que vão além do que possuem. Isso requer pensarmos em ampliar o trabalho do Programa Mulheres Mil, possibilitando a essas mulheres terminar o ensino médio, ou seja, uma preparação acadêmica mais ampla e extensa para que as mulheres possam dar continuidade ao processo de escolarização. Pois o mercado de trabalho, esta, cada vez mais competitivo, onde as instituições avaliam Conhecimento, Habilidades e Atitudes.

Outro aspecto que podemos identificar é que sabemos que as dificuldades de inserção ao mercado de trabalho aumentam quando consideramos elementos de condição social, gênero, idade, etnia. Não podemos fechar os olhos e não perceber que existe uma seletividade nas instituições privadas, muitas vezes cruel. Pois é nessas Instituições que se concentram o maior número de trabalhadores ativos, no Brasil. Os cursos oferecidos pelo Campus Taguatinga Centro, a exemplo do Técnico em Secretariado está fora da realidade da maioria das mulheres, pois sua segmentação exigiu escolaridade superior as encontradas.

Segundo a Coordenadora do Programa Mulheres Mil 2012/2013, do IFB CTAG Centro, muitas mulheres tiveram suas vidas modificadas por participarem do programa. Notaram que estavam mais animadas por estar participando das aulas, isso significa que a ideologia do Programa Mulheres Mil, se realizado de maneira progressiva, poderá surtir um efeito em longo prazo positivo na vida dessas mulheres.

Outro fator importante a destacar, é que na implantação do Programa no Distrito Federal, diversas parceiras importantes, poderiam ter sido efetivadas, com outros programas da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, que

com certeza preencheria lacunas nos resultados obtidos como a inserção ao mercado de trabalho das egressas.

Pois a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres estabeleceu para a área do trabalho, parcerias com o Ministério do Trabalho, com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e com a Organização Internacional do Trabalho, para a concretização das metas estabelecidas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Neste sentido podemos destacar a objetivo importante do Programa Pró-Equidade de Gênero, este tem trabalhado junto às empresas públicas e privadas para uma mudança de cultura de gestão de Recursos Humanos, de forma a garantir às mulheres sem distinção de raça, etnia, orientação sexual, entre outras, acesso aos cargos de chefia, igualdade de tratamento, de remuneração e de oportunidades. (GPPGeR MÓDULO IV 2011 pg. 98).

Fato que o Campus Taguatinga Centro encontrou dificuldade, pois foram realizadas diversas tentativas diretas de contato com a rede privada e pública, com encaminhamento dos currículos, com o intuito de encaminhar as egressas, porém não obtiveram nenhum êxito. Portanto sabemos que o processo de busca por uma colocação no mercado de trabalho, sem sucesso, poderá fazer com que essas mulheres e todos os esforços dos atores envolvidos e comprometidos no processo sejam frustrados, repetindo assim o ciclo vicioso da baixa autoestima, submissão a um ambiente hostil no ambiente familiar, dentre outros aspectos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, o desenvolvimento desta pesquisa facilitou o conhecimento das questões apresentadas do quantitativo de mulheres atendidas pelo Programa Mulheres Mil do IFB - CTAG Centro, como também quantas mulheres conseguiram concluir o curso. Fator muito importante a ser observado devido ao estado em que elas se encontravam e as dificuldades que algumas tiveram para a continuidade do curso, e as objeções até mesmo familiares, que poderiam fazê-las desistir.

Relacionou também os cursos que foram oferecidos pelo Campus no período de 2012/2013. E trouxe uma reflexão sobre a importância de vislumbrar a região, para verificar se a realidade dos cursos irá trazer benefícios para as concluintes, como a inserção ao mercado de trabalho.

Nesta etapa foi possível constatar que políticas públicas mais direcionadas a uma parceria com a iniciativa privada deverá ser pensada, pois sem o mesmo ficará difícil a aceitação destas novas profissionais no mercado de trabalho devido à seletividade das instituições na hora do processo seletivo.

É notório que o Programa por si só não trará garantia de emprego para essas mulheres e que a elevação da escolaridade não seria da noite para o dia, o que requer estimular essas participantes a continuidade. Fator que nos traz a reflexão que o Programa além de ser específico, deve ser contínuo para alcançar o objetivo proposto no documento inicial.

Durante a elaboração desta pesquisa verificou-se que houve dificuldade em obter alguns dados, tais como a quantidade de mulheres que concluíram alguns cursos fornecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Campus Taguatinga Centro, por exemplo, não foi possível relacionar quantas estudantes concluíram o curso de atendimento ao cliente e técnicas de secretariado no ano de 2013.

Foi evidenciado, portanto, uma lacuna entre o objetivo proposto e a realidade do programa no Campus Taguatinga Centro. Espera-se que esse estudo possa contribuir para direcionar as políticas públicas não com a preocupação de atender as exigências das conjunturas governamentais, e sim alcançar, por meio de ações seqüenciais e direcionadas, uma parcela da sociedade excluída numa sociedade desigual.

Podemos concluir que todo o processo de mudança de uma sociedade tem que ser analisado por todos os agentes responsáveis tendo como norte o alcance da eficiência e eficácia dos trabalhos, com o objetivo de trazer qualidade de vida às pessoas, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATTIE, William. Auditoria Conceitos e Aplicações. 3ª Edição. São Paulo: Atlas, 1998.

AVENA, Biagio M; LOVATTI, Regina - IFBA, 100 – Mulheres: Educação Profissional, Cidadania e Valorização da Mulher. 2011.

BRASIL. [LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Código de Processo Penal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm> Acesso em: 14 de Junho de 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 14 de Maio de 2014.

BRASIL. LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm> Acesso em: 25 de Março de 2014.

CARNEIRO, Cristina Rodrigues; OLIVEIRA, Nancy dos Anjos. Resgatando a autoestima através do conhecimento: Um processo de afirmação do eu a partir da experiência do projeto Mulheres Mil, 2011. Disponível em: <http://mulheresmil.mec.gov.br/images/stories/pdf/geral/ebook_artigos_e_relato_s.pdf> Acessado dia: 28 de maio de 2014.

CASTILHO-MARTIN, Márcia; OLIVEIRA, Suely de. Marcadas a Ferro – Violência contra a mulher uma visão multidisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, 2005.

DATASENADO. A Violência Domestica e Familiar Contra a Mulher. Secretaria de Transparência, 2013. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher_2013.pdf> Acesso: 02 de maio de 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Aurelinho : dicionário infantil ilustrado da língua portuguesa. 2.ed. Curitiba: Positivo, 2008.

GEORGIA Q.; JONNY, H. – Canadá – Capacitação de elevado suporte para mulheres marginalizadas: Lições extraídas de um estudo de caso com implicações para o Mulheres Mil, 2011.

Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça | GPP – GeR: módulo I/Orgs. Maria Luiza Heilborn, Leila Araújo, Andréia Barreto. – Rio de Janeiro : CEPESC; Brasília : Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

GOMES, J. B. B. Ação afirmativa e o princípio constitucional da igualdade: O Direito como Instrumento de Transformação Social. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

_____ módulo II/Orgs. Maria Luiza Heilborn, Leila Araújo, Andréia Barreto. – Rio de Janeiro : CEPESC; Brasília : Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

_____ módulo III/Orgs. Maria Luiza Heilborn, Leila Araújo, Andréia Barreto. – Rio de Janeiro : CEPESC; Brasília : Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

_____ módulo IV/Orgs. Maria Luiza Heilborn, Leila Araújo, Andréia Barreto. – Rio de Janeiro : CEPESC; Brasília : Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

_____ módulo V/Orgs. Maria Luiza Heilborn, Leila Araújo, Andréia Barreto. – Rio de Janeiro : CEPESC; Brasília : Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

_____ módulo VI/Orgs. Maria Luiza Heilborn, Leila Araújo, Andréia Barreto. – Rio de Janeiro : CEPESC; Brasília : Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar Projetos de Pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas. 2002.

_____ . Métodos e técnicas de pesquisa social. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

HISTÓRIA DA VILA, e do Lixão da Estrutural. Jornal da Estrutural. 12 de Julho de 2010. Disponível em: <<http://jornaldaestrutural.webnode.com.br/news/historia%20da%20vila%20e%20do%20lix%C3%A3o%20da%20estrutural/>> Acesso: 23 de maio de 2014

KUHNER, Maria Helena. O Desafio atual da mulher. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 14.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PORTARIA Nº 1.015, DE 21 DE JULHO DE 2011. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/28707810/pg-38-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-22-07-2011>> Acesso em: 05 de Maio de 2014.

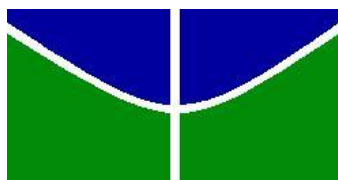
SANTOS, Gildenir Carolino, 1967– Percurso científico: guia prático para elaboração da normalização científica e orientação metodológica / Gildenir Carolino Santos; colaboradores: Rosemary Passos, Rogério Gualberto de Souza – Campinas, SP: Arte Escrita, 2012.

SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma Monografia – 9ª ed. revisada – São Paulo:

SILVA, Edna Lúcia da, Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação, – 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005.

SANTOS, Antônio Raimundos dos. *Metodologia Científica: A Construção do Conhecimento* – 5ª Ed. revisada – Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2012 - Atualização: Homicídios de Mulheres no Brasil. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf> Acesso: 20 de Maio de 2014.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM
GÊNERO E RAÇA – GPPGeR

ANEXO _1_:TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **Políticas Públicas para Mulheres**: programa Mulheres Mil e o efetivo aumento da autonomia das Mulheres Mil estudantes do programa no IFB – Taguatinga Centro.

Neste estudo pretendemos Identificar quantas mulheres que se matricularam; quais os cursos oferecidos; levantar quantas mulheres terminou os cursos e quantas mulheres que participaram do curso estão empregadas.

Para este estudo adotaremos os seguintes procedimentos: Abordagem metodológica qualitativa e levantamento de dados por análise documental e entrevista semiestruturada.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador. O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável na Universidade de Brasília – Faculdade de Educação, e a outra será fornecida a você. Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, o pesquisador assumirá a responsabilidade pelos mesmos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos do estudo **Políticas Públicas para Mulheres**: programa Mulheres Mil e o efetivo aumento da autonomia das Mulheres Mil estudantes do programa no IFB – Taguatinga Centro, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido.

Brasília DF, _____ de _____ de 2014 .

Nome Assinatura participante
pesquisador

Nome Assinatura

Apêndice A – Roteiro para entrevista semi estruturada aplicada a Coordenadora do Programa Mulheres Mil – Campus Taguatinga Centro (2012-2013).

OBJETIVOS

- Identificar quantas mulheres que se matricularam;
- Quais os cursos oferecidos;
- Levantar quantas mulheres terminou os cursos e
- Quantas mulheres que participaram do curso estão empregadas.

Questões orientadoras da entrevista:

- 1- Quais foram às expectativas iniciais para implementação do Programa Mulheres Mil do Governo Federal para o Campus Taguatinga Centro?
- 2- Porque a escolha da Cidade Estrutural para o início do Programa?
- 3- Como foi o contato inicial para despertar o interesse nos cursos oferecidos e quantas mulheres se matricularam no período de 2012 e 2013?
- 4- Quais foram os cursos inicialmente oferecidos em cada ano e porque a escolha destes cursos foi levada em consideração à opinião da população local?
- 5- Tendo em vista que muitas mulheres com o perfil para ingresso no Programa encontrariam dificuldades de permanência nos cursos, quais foram as ações tomadas pela coordenação do curso para incentivá-las a terminar?
- 6- Quantas mulheres conseguiram concluir a cada curso?
- 7- Levando em conta a situação de fragilidade da estrutura família, o estado de vulnerabilidade social, condições de higiene pessoal e intelectual, a dificuldade de aprendizagem dessas mulheres, quantas conseguiram inserção no mercado de trabalho?
- 8- Em sua análise como gestora e docente, o Programa Mulheres Mil ter sido agregado ao também programa do Governo Federal PRONATEC irá conseguir alcançar as mesmas metodologia que foi necessário para o ingresso dessas mulheres? (alfabetização, carga horária dos cursos, incentivo a continuidade de aprendizagem, o trabalho para o aumento da autoestima e o trabalho para o empoderamento das alunas sobre violência) -superação e exclusão do estado de vulnerabilidade.
- 9- O IFB trabalhou e trabalha com parcerias com a iniciativa privada para ajudar essas alunas a ingressar no mercado de trabalho? Como foi a reação das empresas contatadas, foram solicitas?